

DA CIDADANIA DEFICIENTE À CIDADANIA COMUNICATIVA¹

Caroline ANDRADES²

Juliana TAMAKI³

Marco BONITO⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho foi produzir um mini-documentário sobre os percalços da vida cotidiana das pessoas com deficiência em São Borja, fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Para isto, realizamos pesquisas sobre o conceito de audiodescrição e o adaptamos às características do jornalismo, bem como o conceito de cidadania comunicativa evidenciando a importância da inclusão social para que essas pessoas possam exercer sua cidadania. Por fim, o mini documentário fora apresentado aos vereadores da cidade como parte da Semana da Pessoa com deficiência com a intenção de servir como um produto comunicacional representativo dos anseios e angústias dessas pessoas.

Palavras-chave: Acessibilidade, Pessoa com Deficiência, comunicação, cidadania.

1. Introdução

No último Censo (2010) feito no Brasil, foi identificado que uma em cada quatro pessoas, possui algum tipo de deficiência. Isso quer dizer que cerca de 45 milhões de pessoas ou cerca de 24% da população residente no Brasil possui alguma deficiência. A deficiência visual foi a mais registrada, atinge 18,8% da população. Em seguida, as pessoas com deficiências motora (7%), auditiva (5,1%) e mental ou intelectual (1,4%), é importante ressaltar que as pessoas podem possuir mais de uma deficiência e por isso a somatória das porcentagens ultrapassa os 24%. O mais alarmante é que no mercado de trabalho também há grandes diferenças, das 45 milhões de Pessoa com Deficiência (PcD) que estão em idade ativa, 53,8% estão desocupados ou fora do mercado de trabalho. A pesquisa foi feita em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

Já no estado do Rio Grande do Sul, segundo o mesmo Censo 2010, de uma população de mais de 10 milhões, ao menos 2,5 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência.

¹ Trabalho apresentado na IJ 7 – Comunicação, espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Graduanda do 5º semestre de Jornalismo da UNIPAMPA e-mail: carolfandrades@gmail.com

³ Graduanda do 5º semestre de Jornalismo da UNIPAMPA e-mail: julianatamaki21@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Coordenador e Professor doutor de Jornalismo na UNIPAMPA e-mail: marcobonito@gmail.com

No município de São Borja, fronteira oeste do estado, de uma população de 61.671 pessoas, 14.712 são PcD.

Visando contemplar essas pessoas e sensibilizar o poder público de São Borja, o Grupo de Pesquisa t3xto produziu um mini documentário sobre as dificuldades cotidianas que as pessoas com deficiência visual, auditiva e usuários de cadeira de rodas encontram em seus percursos. Nele continha legenda, audiodescrição e janela de libras.

Procuramos então neste relatório de pesquisa, descrever como se utilizou metodologicamente da técnica para a produção do mini documentário e a proposta de cidadania comunicativa e a proposta de cidadania comunicativa. É importante ressaltar, que não existe vasta literatura específica sobre como fazer produtos jornalísticos com audiodescrição. Por isso, a equipe contou com diversos conteúdos que pudessem ser adaptados ao conteúdo do mini documentário.

1.1 As leis brasileiras

Desde 2000, uma série de leis para amparar essas pessoas vêm tramitando no congresso nacional. Leis estas, que entram em vigor mas não cumpridas, sem verdadeiramente amparar essas pessoas, como é no caso do decreto – nº 5.296 de dezembro de 2004, do congresso nacional, artigo 4º capítulo II “Da igualdade e da não discriminação” em que diz ser assegurado o direito a não exclusão do indivíduo na sociedade:

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (CONGRESSO NACIONAL, 2015. Da igualdade e da não discriminação, cap. II, art. 4º)

Para além dessas políticas públicas, é dever também da população em geral fiscalizar e assegurar-se de que medidas de não exclusão sejam tomadas. Garantindo então, o direito à igualdade entre a população. Já no capítulo X, “Do direito ao transporte e à mobilidade” os transportes públicos devem também possuir a sinalização internacional de acessibilidade e atestar:

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos

os obstáculos e barreiras ao seu acesso. (CONGRESSO NACIONAL, 2015. Do direito ao transporte e à mobilidade, cap. X, art. 46)

É “garantido” por lei, também o direito da PcD a mobilidade de maneira autônoma, ou seja, que esses indivíduos não necessitem de terceiros para realização de suas atividades diárias em vias públicas.

No artigo 52, VI, “Do acesso à informação e à comunicação” versa sobre a obrigatoriedade de software que possam dar acessibilidade, gratuitamente instalados em computadores e aparelhos de telefonia que possibilitem as operações e funções disponíveis no visor. Esta lei nunca de fato entrou em vigor.

A lei mais atual que fala sobre as disposições do acesso à informação e à comunicação diz:

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (CONGRESSO NACIONAL, 2015. Do acesso à informação e à comunicação, cap. II, art. 63)

Mesmo com a criação do eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (2004), desenvolvida para diminuir a inacessibilidade de sítios eletrônicos, em uma pesquisa efetuada em 2010, realizada pelo *Projeto Censo da Web.br*⁵, determinou que, 98% de todos os sites com domínio terminado em *.br*, não possuíam acessibilidade para pessoas com deficiência sensorial (cognitiva, auditiva ou visual). Um estudo mais atual de Lucinéia Souza Maia, da UFMG (2015), mostra que 50% dos 30 sites governamentais analisados avaliados não respeitam as recomendações o eMag em sites governamentais.

Essas leis que deveriam assegurar autonomia, acessibilidade e cidadania à essas pessoas com deficiência, mostram que até certo ponto o poder público preocupa-se com as questões de acessibilidade. Porém, sem a fiscalização necessária para se atingir as metas, essas leis não passam de boas intenções.

1.2 O minidocumentário apresentado na\ casa das leis em São Borja

⁵<http://www.cgi.br/noticia/cgi-br-e-nic-br-anunciam-projeto-censo-da-web-br-com-apresentacao-de-retrato-da-web-governamental/212>

A Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de São Borja (ADVASB), pediu auxílio aos estudantes do Grupo de Pesquisa t3xto para que fosse produzido um produto audiovisual que representasse a “voz” das PcD. Foi produzido um mini documentário em que os protagonistas eram as próprias pessoas com deficiência, onde foi explicitado os obstáculos que vivenciam no seu cotidiano para ser apresentado na Câmara de Vereadores de São Borja/RS durante a Semana da Pessoas com Deficiência.

O produto audiovisual produzido teve como finalidade dar visibilidade às questões e anseios políticos dos cidadãos com deficiência promovendo a cidadania comunicativa e expondo os problemas que a comunidade sofre em decorrência do descaso dos poderes públicos quanto à construção ou conservação das calçadas, falta de piso tátil, bem como, a inexistência de materiais e conteúdos públicos produzidos com acessibilidade comunicativa.

A proposta tinha o intuito de criar um efeito comunicativo que causa-se perplexidade e indignação nos vereadores(as) presentes na Sessão Plenária Pública que homenageava a Semana das Pessoas com Deficiência. Desta forma, o mini-documentário trouxe para a narrativa cenas que mostrava um usuário de cadeira de rodas em um trajeto numa praça pública, uma pessoa com deficiência visual caminhando por uma calçada com piso tátil ineficiente, uma pessoa com deficiência auditiva contando sobre os inconvenientes no processo de habilitação de motorista e uma pessoa idosa, com suas dificuldades de locomoção em vias públicas.

2. Deficiência da cidadania comunicativa

Na pesquisa exploratória desenvolvida no presente trabalho através dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no último Censo de 2010 para análise de quantidade de PcDs no país, identificou-se a quantia de pessoas que deixam de ser assistidas pela acessibilidade comunicativa, ou melhor, são feitas por processos comunicacionais mal construídos. Na pesquisa, também foram consultados sites governamentais para análise de dados e leis desde 2000 até às últimas em vigor.

Na pesquisa bibliográfica realizada não foi encontrada literatura científica que reúna informações de como produzir Audiodescrição (AD) de maneira jornalística, para que essa pesquisa pudesse se embasar. Utilizou-se então, livros que tratassem detalhadamente sobre como fazer audiodescrição. O livro “AUDIODESCRIÇÃO, transformando imagens em palavras” (2010), organizado pelos autores Livia Motta e Paulo Romeu Filho, trata um pouco

sobre a contextualização da acessibilidade comunicativa e sua importância, para incluir conteúdos diversos à Pessoas com Deficiência.

O conceito de cidadania para Mata está relacionado com a capacidade de “ser sujeito de direito e demanda no campo da comunicação pública” e o exercício desse direito ao cidadão, como “sujeito de necessidade e indefeso diante do poder, é o emblema da não-cidadania, emblema de quem praticamente perdeu o direito de ter direitos.” (MATA, 2006)

Segundo a autora, cidadania também está ligada a identidade e igualdade entre os pares, advindo do Estado ou não:

Mas, além disso, a cidadania comunicativa envolve dimensões sociais e culturais ligadas aos "valores da igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e não-discriminação" (Hopenhayn, 2005, p.216) presentes nos chamados direitos de terceira geração. Dessa forma, cidadania comunicativa está entrelaçado com as referências de identidade e com as reivindicações mais gerais de igualdade, não só em relação ao Estado, mas em relação à ação do Estado, mercado e todos os tipos de dispositivos que promovem a desigualdade.⁶ (MATA, 2006)

As Pessoas com Deficiência como qualquer outro sujeito, deve gozar dos direitos de acesso à cidadania, bem como as oportunidades de trabalho, educação, esporte e lazer, sem nenhuma espécie de discriminação, propiciando a autonomia que lhes é reservada por direito.

Mata considera que pôr em prática a cidadania comunicativa é essencial para a convivência.

O exercício da "cidadania comunicativa" torna-se essencial para a existência de uma sociedade de cidadãos. Se não há possibilidades de exercer esse conjunto de direitos e de práticas expressivas, enfraquecem-se as capacidades e possibilidades de os indivíduos se tornarem sujeitos de demanda e proposição em múltiplas esferas da realidade, pois a produção dessas demandas e proposições é impensável. sem o exercício autônomo do direito de comunicar, isto é, de colocar em comum. (MATA, 2006)

A falta de cidadania para PcD permitiu que se encontrasse a problemática aqui proposta: evidenciar para a população de São Borja, os obstáculos que Pessoas com Deficiência encontram em suas atividades diárias. Desta forma, não apenas produzir um conteúdo que verse sobre a temática, mas incluir os PcD na abordagem, isto é, as pessoas surdas com a inclusão da janela de LIBRAS e cegas com a opção da audiodescrição.

⁶ Tradução do original em Espanhol

Para transformar a comunicação acessível para Pessoas com Deficiência existem diversos formatos de linguagens acessíveis que incluem essas pessoas no processo comunicacional. São exemplos destes formatos:

Desenho universal

O desenho universal é um conceito proposto por Ron Mace para a arquitetura e é uma forma de configurar produtos de todos os tipos, comunicativos por exemplo. para serem usados por todas as pessoas, sem que haja a necessidade de adaptações, abrangendo todas as capacidades. (ABNT NBR 15290:2005)

O conceito de desenho universal tem como pressupostos: a) equiparação nas possibilidades de uso; b) flexibilidade no uso; c) uso simples e intuitivo; d) captação da informação; e) tolerância para o erro; f) dimensão e espaço para o uso e interação.

Audiodescrição

A audiodescrição ou AD, consiste nas descrições feitas nos intervalos entre as informações, de filmes, seriados, novelas ou produções teatrais. Deve-se tomar o cuidado de não sobrepor as vozes entre as falas de AD e de informação. A sobreposição de vozes, só ocorre apenas no caso de a audiodescrição ser ao vivo, como é o exemplo de espetáculos teatrais e eventos culturais que integram o público cego.

As autoras do artigo; “audiodescrição: breve passeio histórico” (2010), presente no livro: AUDIODESCRIÇÃO, transformando imagens em palavras (2010), Eliana Paes Cardoso Franco e Manoela Cristina Correia Carvalho da Silva classificam a audiodescrição como: “A audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão.” (FRANCO e SILVA, 2010, 19)

Janela de libras

A língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, é definida segundo a ABNT (NBR 15290:2005) como: “Língua de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que constitui o sistema linguístico de comunidades surdas do Brasil.” A lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, institui a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, “como meio legal de comunicação e expressão”.

Essa língua é utilizada para comunicação entre a comunidade surda e entre surdos e ouvintes para comunicação. Assim como qualquer outra língua que se dispõe a conhecer, a LIBRAS também possui estruturas sintáticas, semânticas, morfológicas e expressões faciais que se diferem. Além disso, algumas palavras podem sofrer mudanças de região para região.

É muito importante dar um espaço delimitado em vídeos jornalísticos, onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS, fazer jornalismo pensado para abranger esse público, não apenas jornalismo para televisão, mas também na *web* para que todos possam ter acesso à mesma informação que pessoas ouvintes, por exemplo.

Closed caption ou legenda oculta

A closed caption (CC) ou legenda oculta, é uma ferramenta que pode auxiliar pessoas com deficiência auditiva na compreensão de produtos audiovisuais. A closed caption se difere da simples legenda, pois através do texto faz referências de músicas e qualquer tipo de sonoridade. Na televisão, quando o programa, filme ou novela possui essa opção, o telespectador pode ativá-la através do controle remoto.

3. Processo comunicacional

O mini documentário produzido pelo Grupo de Pesquisa, *t3xto*, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), mostra as dificuldades que pessoas com deficiência visual, auditiva e usuários de cadeira de rodas, sofrem para se locomover pela cidade de São Borja. O material foi apresentado na Câmara de Vereadores do município, no dia 28 de agosto. A apresentação deste documentário teve como intuito, expor aos vereadores os obstáculos que as Pessoas com Deficiência da cidade enfrentam diariamente.

Para produzir este mini documentário, foram entrevistadas quatro pessoas, entre elas: um pessoa com deficiência auditiva, uma pessoa com deficiência visual, uma pessoa idosa e uma pessoa usuária de cadeira de rodas. Para entrevistar as pessoas surdas, o grupo contou com o apoio da intérprete e tradutora de LIBRAS da universidade, Luciane Christino.

Como o minidoc trata sobre pessoas com deficiência, o grupo se preocupou em produzir um conteúdo que possuísse acessibilidade comunicativa a essas pessoas. Portanto, optamos por inserir legenda, janela de LIBRAS e audiodescrição, contemplando assim a ideia de apresentar estes recursos de acessibilidade comunicativa aos vereadores e à comunidade

presente na plenária bem como promover a comunicação acessível para as PcD que estavam presentes. O grupo encontrou alguns problemas, por não possuir material bibliográfico jornalístico que ensinasse como produzir um mini documentário com acessibilidade, para a execução do produto final. Porém, usou-se como base livros e sites que já produzem conteúdos diversos para PcD's, voltados para o entretenimento, que auxiliou no decorrer da produção e edição.

Para inserir a audiodescrição no minidoc, foi elaborado primeiramente um roteiro, no qual foi feita a descrição de todas as cenas do vídeo. Com o roteiro da AD pronto, foi deixado um espaço de 10 segundos no começo das cenas para incluí-la, entretanto, na maioria das cenas esse tempo não foi suficiente. Assim, foi necessário disponibilizar mais alguns segundos para manter o mesmo padrão de audiodescrição. Já sobre a locução da AD, o grupo trabalhou com uma voz diferente da locução da repórter, evitando assim, uma confusão por parte do público em relação ao que é sonora do repórter e o que é audiodescrição.

Na apresentação do produto, grande parte da comunidade de pessoas surdas e cegas se fez presente no auditório da câmara de vereadores da cidade. Foi apresentado aos presentes, uma breve contextualização sobre os motivos pelos quais levou o grupo a produzir o mini documentário.

O vídeo de aproximadamente cinco minutos continha situações em que evidenciavam os problemas das Pessoas com Deficiência de locomoção de forma autônoma pela cidade. Como por exemplo, calçadas com piso tátil que levam a buracos, rampas das guias de calçadas com difícil acesso, a falta de intérprete de libras na obtenção da carteira de motorista e em locais públicos, como por exemplo, na própria câmara de vereadores.

4. Metodologia

4.1 Pesquisa bibliográfica

O grupo usou o livro: “AUDIODESCRIÇÃO, transformando imagens em palavras” que trata sobre a contextualização da acessibilidade comunicativa e sua importância, para incluir conteúdos acessíveis às Pessoas com Deficiência visual. Além deste livro, também foi utilizado o artigo “Comunicación y ciu: problemas teórico-políticos de su articulación” de Cristina Mata, que faz reflexões sobre conceitos de cidadania comunicativa.

4.2 Pesquisa documental

Através do último Censo (2010), pôde-se basear quantitativamente as Pessoas Deficientes as quais deveriam estar inclusas no processo comunicacional do jornalismo. Como já foi abordado anteriormente, não foi encontrado literatura que auxiliasse no trabalho de produzir a AD de maneira jornalística.

Sites governamentais também foram consultados, para análise de dados e acesso a leis que tratassem de acessibilidade comunicativa e sua evolução desde o início dos anos 2000 até às últimas em vigor.

4.2 Experiência empírica

Para a produção do mini documentário a equipe se dividiu em duplas. Cada dupla ficou responsável por uma etapa do processo de produção do minidoc: as entrevistas, roteiro de corte de imagens, roteiro de audiodescrição, captação de imagens de apoio (complemento visual ao que o locutor fala), roteiro de locução e edição final.

Com todas as entrevistas concluídas e o roteiro da AD pronto, a priori, o grupo trabalhou com a hipótese de que dez segundos entre uma fala de informação e outra, pudesse ser o necessário para se fazer a audiodescrição da(s) cena(s), porém na prática, descobriu-se que esses segundos não seriam o suficiente para descrição do mínimo necessário que uma pessoa com deficiência visual precisa para entender a cena e seu contexto.

Entretanto, é importante observar que a AD voltada para produções de entretenimento é mais rica em detalhes. O roteiro de um espetáculo de ópera, como aponta Lívia Motta, por exemplo, é dividido em sete partes. Com essa divisão, os audiodescritores conseguem descrever o espetáculo com maior precisão para pessoas com deficiência visual.

Um outro problema identificado na prática da edição do mini documentário, foi que, por se ter deixado apenas dez segundos de intervalo entre falas do vídeo, algumas imagens de apoio, que no roteiro inicial caberiam ao vídeo, tiveram de ser repetidas para que a AD pudesse ser inserida sem cortes e assim a pessoa com deficiência pudessem captar o que estava ocorrendo na cena. Em uma entrevista com Felipe Mianes⁷, durante o I Fórum Cultural de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, realizado em outubro de 2017, ele destacou que para a elaborar o roteiro de audiodescrição para conteúdos jornalísticos, é necessário pensar nas informações que são fundamentais para a pessoa com deficiência visual entender a

⁷ Audiodescritor. Graduado em História pela PUC-RS. Doutor em Educação pela UFRGS. E pós-doutorado em Educação pela ULBRA.

narrativa da reportagem. Isto é, nem todas as cenas são relevantes a ponto de serem audiodescritas, pois isso pode dificultar a compreensão do entendimento da narrativa. Quanto à velocidade da audiodescrição, é preciso que um consultor opine sobre o tempo de locução, pois, isso pode também interferir no entendimento do produto jornalístico.

5. Considerações finais e reflexão crítica

Determinar com exatidão o tempo mínimo ou máximo entre as cenas para incluir a audiodescrição é algo incerto na produção de vídeos reportagens. Pois, como já foi comentado, neste relatório, não há nenhuma literatura específica jornalística sobre AD. Por isso, para produzir este mini documentário, o grupo procurou seguir o estilo de audiodescrição utilizada na área do entretenimento, como por exemplo a de filmes.

Ao refletirmos sobre o conceito de cidadania comunicativa, compreendemos que ter direitos respeitados como cidadão tem sido um árduo processo na nossa sociedade, tendo em vista que a cidadania envolve valores de igualdade e oportunidades, justamente o que falta às Pessoas com Deficiência. O fato das PcD ser cerceadas do seu direito à mobilidade urbana denota que estas não possuem uma boa qualidade de vida, pois acabam se tornando dependentes dos seus familiares e sem autonomia, acabam tendo que se tornar reféns da boa vontade política de seus representantes nos Governos..

A necessidade de se produzir um conteúdo que evidenciasse a inacessibilidade da cidade de São Borja, veio também do grupo ADEVASB, procurando conceder maior autonomia aos PcD's, considerando que cerca de 11 mil pessoas em São Borja, aproximadamente 24% da população, possuem algum tipo de deficiência.

Entendendo o que Mata discorre sobre cidadania comunicativa, a comunicação atual no que tange a acessibilidade está deficiente. As PcD encontram barreiras comunicativas que prejudicam sua expressão no processo comunicacional. Torna-se necessário a ampla discussão para a prática dos conteúdos que possuam formatos de acessibilidade como os já citados neste artigo.

O Blog da Audiodescrição (ROMEU, 2009) possui conteúdos muito relevantes a este tema e procura ensinar, passo a passo, como produzir um roteiro para audiodescrição (AD) de vídeos e imagens. Além disso, o blog disponibiliza ferramentas e alternativas que promovam a audiodescrição, como é o caso da ferramenta *YouDescribe*, que possibilita que uma pessoa

vidente possa produzir a AD e acrescentar num vídeo qualquer do *YouTube* para que deficientes visuais também tenham acesso.

Ao contrário do que a maioria da população pensa, as pessoas surdas podem ser alfabetizadas em LIBRAS e não em português. Por isso, apenas as legendas em vídeos não bastam, têm de se possuir a janela de libras nos produtos audiovisuais. Para estes casos, existe um *software* chamado; VLibras. Ele é uma ferramenta oriunda de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que traduz automaticamente do Português para libras. O *software* traduz de sites, áudios e textos e pode ser utilizado tanto em computadores quanto em celulares.

A experiência de produzir o mini documentário nos proporcionou olhar para os problemas diários que as Pessoas com Deficiência vivenciam pela falta de cidadania comunicativa. Estas pessoas acabam se tornando reféns de políticas que possam melhorar sua condição de vida. Entendemos que este produto comunicacional colaboramos para a formação da cidadania comunicativa deste grupo social ao permitir que a partir dele a associação que as representa pudesse inferir suas ideias e indignação quanto ao descaso dos poderes públicos aos problemas cotidianos destas pessoas.

6. REFERÊNCIAS

Capítulo de Livro

FRANCO, E. P. C. e SILVA, M. C. C. C. Audiodescrição: Breve Passeio Histórico. In MOTTA, L.M.V. e ROMEU FILHO, P. (orgs): **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.**

Blog

Blog da Audiodescrição. **Youdescribe: ferramenta que permite gravar audiodescrição para vídeos do Youtube.** Disponível em: [<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2013/08/youdescribe-permite-gravar-audiodescricao-youtu-be.html>] Acesso em 16 abril 2018.

Lei, documentos oficiais e citações de fontes eletrônicas

POZZOBON, G. **Site Audiodescrição.** Disponível em: <<http://audiodescricao.com.br/ad/como-fazemos/>>. Acesso em: 16 de abril 2018

BRASIL. **Decreto-Lei nº 13.146,** de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 16 de abril 2018

Brasil. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). **Dimensões e características da Web brasileira: um estudo do .gov.br** 2010. [acesso em 16 de abril 2018] Disponível em: <http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/cgibr-nicbr-censoweb-govbr-2010.pdf>

Brasil. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). **Web governamental: 98% dos sites não adotam padrões de acessibilidade.** 19 ago. 2010. [acesso em 16 de abril 2018] Disponível em: <http://nic.br/noticia/na-midia/web-governamental-98-dos-sites-nao-adotam-padroes-de-acessibilidade/>

MAIA, L. S. **Uma análise preliminar da acessibilidade web dos sites de serviços de divulgação e acesso à informação pública no Brasil com base no e-mag.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2869/1117>>. Acesso em 16 abril. 2018

MATA, Maria Cristina. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación.** Revista Fronteiras – estudos midiáticos. São Leopoldo, RS, v. VIII (1), p. 5-15, janeiro/abril, 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>
Acesso em 16 abril. 2018

i4. Plataforma experimental de notícias da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **Entrevista Felipe Mianes.** Disponível em: [<https://i4plataformadenoticias.wordpress.com/?s=felipe+mianes>]
Acesso em: 16 abril 2018.